



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**SÃO PAULO, SP, 30 DE OUTUBRO DE 1995**

*Viva o Centro Henrique Meireles; Senhores que me acompanham aqui; Senhora Vice-Reitora da USP, Dra. Regina; Dr. Jorge Cunha Lima; Senhores Prefeitos de Campinas, da Bahia; Senhor General Cardoso, Chefe da Casa Militar; Senhor Secretário Mendonça; Senhoras e Senhores,*

A possibilidade de o Presidente da República estar aqui hoje, neste início de trabalho, é para mim um estímulo. É um estímulo, primeiro, como morador de São Paulo, que mora aqui pertinho do Centro – e quero ver esse Centro cada vez melhor –, como cidadão, portanto; como alguém que, durante algum tempo da vida, leu muito sobre cidades e até trabalhou um pouquinho nisso; e, finalmente, como alguém que hoje detém responsabilidades de condução do País, no que diz respeito a muitas decisões que vão afetar o fenômeno urbano e que, por sua vez, são afetadas pela complexidade desse fenômeno tão bem descrito pelo Governador Mário Covas.

A vida inteira eu me interessei muito pela questão da cidade. Por quê? Na verdade, de alguma maneira, o mundo moderno, tal como nós o vivemos, pelo menos depois da expansão do capitalismo, é um mun-

do onde a cidade se acrescenta, toma dimensões novas, se torna mais complexa e centraliza a vida do conjunto, hoje eu diria, da humanidade.

É claro que a cidade preexistiu ao desenvolvimento do capitalismo: a cidade clássica, a cidade grega, a cidade romana, as cidades do Magreb, as cidades no Oriente Médio, as cidades na China. E ela sempre chamou atenção como, de alguma maneira, a marca civilizatória. Porque a civilização, no fundo – recorrendo à velha Antropologia –, é uma posição de natureza e cultura. E a cidade é, de alguma maneira, uma forma de transformação da natureza, quando não é de ruptura com a natureza.

Então, é claro que todo o desenvolvimento da sociedade dependeu dessas formas de aglomeração. E, classicamente, na Sociologia, na Antropologia, os traços distintivos da cidade sempre foram esses aqui já mencionados. Quer dizer, é uma nova forma de sociabilidade. Se eu estivesse na Universidade ainda, e pudesse ser pedante, eu diria que é a velha oposição entre a comunidade e as formas de associação, que derivam da sociedade, que não são de face a face, não requerem o contato direto, requerem outras formas de divisão social do trabalho.

E, nos clássicos da Sociologia, como em Durkheim, a oposição entre solidariedade orgânica e solidariedade mecânica está embasada nesse mesmo problema, nessa mesma análise – o que é, no fundo, o fato urbano criado pela divisão social do trabalho. Só há cidade quando o trabalho se divide. Quando não há divisão do trabalho, se vive comunitariamente: cada um é capaz de fazer tudo que o outro faz.

Não é bem assim, porque sempre há uma divisão de idade, há uma divisão de sexo – os antropólogos conhecem isso muito bem. De qualquer maneira, *grosso modo*, pelo menos dentro das grandes categorias sociais, de idade e de sexo, as pessoas podem intercambiar e são capazes de desempenhar os papéis correspondentes.

Quando a sociedade se torna mais complexa, isso já não acontece mais, porque há especialização, e um requer o outro, a solidariedade passa a ser uma solidariedade orgânica, porque ninguém pode sobreviver sem o outro. Isso leva a uma nova forma de sociabilidade.

Mas, classicamente, só existe cidade mesmo quando existem algumas características fundamentais. Não é só aglomeração de pessoas.

Aglomeração de pessoas pode existir sem que haja aquilo que é essencial na cidade. E depois vem a cidade moderna, mais atual. Mas, só para ter uma perspectiva: só existe cidade mesmo quando existe mercado; o cidadão se especifica e tem que trocar as suas capacidades relativas, um produz uma coisa, outro produz outra coisa. Cria-se um mercado – mesmo que seja incipiente, mesmo que seja pré-capitalista.

Mas, mais importante do que isso é que, no mundo moderno, essa troca é assegurada por um conjunto de regras que estabelece um direito. E esse direito embasa a liberdade.

A partir da queda do feudalismo ficou muito claro: quando o senhor dava o foro de cidade, ele tornava livres aqueles que trabalhavam no mercado, os quais não estavam mais sujeitos às regras clássicas do estamento senhorial. Então, a cidade requer mercado e regras, desenvolvimento do direito. É por isso que a cidade está na base da civilização moderna, que é o desenvolvimento do mercado e das regras, do direito, da cidadania; e, por consequência, somente nasce a partir desse momento. Não havendo essas condições, pode haver uma aglomeração muito grande, como houve na Ásia, mas, teoricamente, não se trata ainda do fenômeno “cidade”.

Muito bem. Nós, aqui, no lado de cá do mundo – que é um mundo que se desenvolvia quando já havia cidades na Europa, e que se desenvolveu com a expansão de tudo isso –, vimos um nascimento de cidade um pouco diferente. Já havia o modelo. Isso é muito visível no mundo hispânico.

Há um ensaio que, sempre que posso, cito, que é maravilhoso, do Sérgio Buarque de Holanda, sobre o semeador e o ladrilhador, onde ele mostra a diferença entre a cidade portuguesa e a cidade castelhana, a cidade espanhola. Para os que conhecem um pouquinho a Europa, basta atravessar a fronteira de Portugal e entrar em Ciudad Rodrigo, que vão logo imaginar como o Sérgio Buarque tinha razão: a cidade espanhola nasce de um plano, ela é a vontade definida da autoridade. Em todas as cidades espanholas tem a Plaza Mayor e tem as ruas que saem dali de uma maneira geométrica. E tem a vontade do Rei ali imposta.

A cidade portuguesa já foi um pouco diferente: quase todas nasceram da fortaleza. Aqui, no Brasil, muitas cidades nasceram como fortaleza; e, ao redor da fortaleza, então, se cria o mercado.

Aqui não se escapou disso. Os portugueses não escaparam disso, também. Não havia aquela vontade férrea, abstrata, da cidade espanhola, que obrigava a um certo desenho urbano. As nossas cidades nasceram preguiçosamente, espraiando-se onde fosse. A favela já existia como modelo, digamos, como concepção, e ninguém iria impedir que se subisse o morro, nunca impediram. É uma cidade mais desordenada, tem menos a vontade imperial marcando os seus contornos e é um pouco mais malemolente. Permite-se. É uma cidade permissiva.

Mas, de qualquer maneira, as outras características estão presentes. A da liberdade. São Paulo se opunha ao Rei. Quantas vezes, na história colonial do Brasil, a luta da cidade é a de Ouro Preto opondo-se à vontade do Rei, não é isso? E a cidade recebia carta de alforria. Carta, não é de alforria; a carta é o foro da cidade, que dava as condições de liberdade da cidade. E muitas vezes elas extravasavam isso. E queriam ter mais liberdade.

O que eu queria marcar é que, bem ou mal, aqui no nosso continente a cidade já nasce tendo uma referência. Mas, embora haja essa referência, ela é mais firme na cidade européia e menos firme na cidade portuguesa. Nasce, cresce e se desenvolve, mas a característica básica está aí presente: é o mercado, e a tentativa de estabelecer direitos, dar condições de que a liberdade seja exercida dentro de regras estabelecidas.

Se nós dermos um salto e deixarmos essa história muito longínqua para ficarmos com outra mais recente, nós vamos ver a cidade de São Paulo. Ilustres intelectuais não brasileiros se dedicaram a São Paulo – além dos brasileiros. Um antropólogo muito conhecido, chamado Lévy-Strauss, que morou aqui algum tempo, fez um estudo precioso sobre a Avenida São João e muitos anos depois escreveu *Os Tristes Trópicos*, onde há uma observação muito amarga e irônica sobre as cidades nas Américas, incluindo as dos Estados Unidos.

Ele dizia que as cidades do lado de cá do mundo chegavam à decadência sem passar pelo apogeu. E isso é de uma crueldade total. Como

francês, embora nascido na Bélgica, ele tinha um modelo da cidade e não entendia como aqui, antes mesmo do apogeu, a cidade começava a se degradar. Esse estudo sobre São Paulo é muito interessante, dessa Av. São João de priscas eras.

Isto é um pouco verdade, quer dizer, nós existimos, do lado de cá do mundo, com referência ao mundo europeu que serviu de modelo, uma imitação – embora eu não goste dessa palavra – de um modelo. Só que aqui, no nosso lado, pela malemolência, pelas facilidades, a regra não se mantém, há mais liberdade na ocupação do espaço. Talvez por isso e pela falta da presença mais marcante do Governo, do Estado, a cidade se confunde e entra em processo de deterioração.

Isso tem a ver com outras razões que eu não conheço, de arquitetura, de matérias ou coisas que escapam ao sociólogo. O fato é que nos Estados Unidos também é assim. Lá, em certas regiões como na Califórnia, talvez seja mais marcante ainda, porque são cidades que crescem, improvisam, mudam; é como se fossem cidades móveis. Enquanto que a cidade européia, não.

Uma outra razão tem a ver com a função urbana de hoje, pois, além de a cidade ser o mercado, além de ser o local da liberdade e do direito, a cidade é também um monumento, é também o símbolo, é também o local do espaço público. Aqui o espaço público se degrada mais depressa.

Esse sentido que Lévy-Strauss pegou de deterioração existe porque o espaço público mais depressa perde a sua função e perde monumentalidade. E é a ocupação preguiçosa do espaço que dá a impressão de que é livre, mas é uma liberdade que contraria a regra, porque não está assegurada pelo Direito, destrói uma das funções centrais da cidade, que é também a de ser símbolo. Isso não é totalmente verdadeiro, mas é uma permanente tensão entre o espaço público e o espaço privado e a aprovação do público pelo privado.

Eu vivo hoje em Brasília. Brasília é exatamente a cidade-monumento, a cidade-símbolo, a cidade do espaço público. E eu vivo em Brasília já há muito tempo. Mário Covas viveu mais tempo do que eu lá. É uma cidade “espanhola”, uma cidade feita para ter uma marca. E de vez em quando você olha e vê que está ali uma luta, porque no caminho do

Palácio da Alvorada já há barracos. Na praça dos Três Poderes ainda não, mas na Esplanada dos Ministérios há ambulantes. Freqüentemente a Esplanada dos Ministérios “pertence” à CUT. Digo isso com naturalidade, não é contra. Às vezes os Ministros não podem trabalhar porque há uma corneta gritando lá fora.

Enfim, é fenômeno curioso, porque se trata disto: até quando nós vamos conseguir manter Brasília como símbolo, como monumentalidade? É difícil prever.

Pode até não ser e virar outra coisa, desde que não se degrade. Isso está no centro da discussão de hoje: como é que se apropria do espaço. Qual é o limite? O espaço público vai ser mantido? Quem vai cuidar dele? E aí não pode mais ser espanhol, porque no espanhol vinha o Rei e mandava.

O “Rei” aqui é fraco para isso, pede o apoio da sociedade. Só tem um jeito: é acabar com a antiga oposição entre o que é comunidade e o que é sociedade; entre o que é relação distante e o que é relação presente, convivência, relação direta. Porque aí, sim, se preserva. Ou seja, tem que ter muito Viva Rio, Viva São Paulo, Viva Brasília. Tem que haver uma fusão da sociedade com o Governo, não uma confusão; mas uma fusão onde cada espaço seja respeitado, as funções sejam respeitadas. Se não houver essa comunhão de interesses, que não se separe tão nitidamente o Estado da sociedade nem o público do privado, mas que se discuta abertamente o que é público, o que é privado. Qual é o limite que se quer impor? Ou se faz isso, ou a cidade não permanece como ela tem que ser, além de mercado, nem como lugar de liberdade, porque então não haverá liberdade, haverá anarquia. A liberdade requer regras também, requer direitos, requer democracia. Essa discussão eu creio que deve estar presente.

Mas há uma outra discussão que pressuponho que seja mais a daqui. É que nós hoje não nos confortamos mais com cidade no sentido clássico. Hoje, nós temos megalópoles, cidades mundiais, que é outro fenômeno, bastante mais complicado do que esse sobre o qual estávamos conversando até agora.

São Paulo será talvez, no Brasil, a principal candidata a cidade mundial, o Rio também pode ser, mas aí é um outro fenômeno já, que é da

civilização contemporânea. Na medida em que se tenha a globalização da economia e tudo mais, a cidade passa a ser também definida pela teia de comunicações de que ela dispõe. É isso que permite a superação da oposição entre comunidade e sociedade. Não precisa da presença direta, porque a teia de comunicações dá o sentido de comunidade.

É curioso que as primeiras pessoas que se ocuparam desses temas no mundo foram pessoas que começaram a descobrir – primeiro na literatura, com Orwell, que achava que seria um horroroso mundo novo, o mundo do controle; hoje ele descobriu que esse também pode ser o mundo de liberdade – o superdesenvolvimento tecnológico, as supervias de informação. Esses grandes canais de comunicação e de informação, que foram pensados inicialmente como forma de escravizar, passam a ser, também, formas de permitir mais informações e mais liberdade.

Na verdade, hoje a liberdade depende da informação. Não há liberdade se as pessoas não têm acesso à informação, para poder escolher. No fundo, é isso; liberdade sem escolha não é liberdade. E essa escolha, muitas vezes, depende de haver canais culturais, canais de informação que permitam que cada um faça, por si próprio, a avaliação daquilo que lhe parece ser melhor. E isso só é possível agora.

Inclusive, creio que a famosa discussão sobre a mídia que vai dominar tudo, que vai influenciar, vai ser diferente, porque hoje, com o bombardeio de informações que existe, não há mais quem possa ter o monopólio da interpretação. Há uma valorização do indivíduo, do cidadão neste mundo, que parece ser monstruosa, que é feita para esmagá-lo. Mas ele pode escolher os canais que ouve, como ele junta informação, e isso depende não só da informação, mas da formação, da educação.

Haverá liberdade quando tivermos mais informação e mais educação, para permitir que haja uma escolha e que essa escolha não seja induzida por mecanismos de massa e mídia, mas, sim, a partir de um critério seletivo e que faça com que o indivíduo ganhe outra vez força. E essa cidade mundial depende, evidentemente, de uma teia imensa de comunicações.

Esse é outro tema do desafio de megalópoles, desafio das cidades mundiais. Como criar ou manter os espaços públicos, o que já não pode ser

mais pela vontade impositiva do soberano? Como fazer com que haja um sentido simbólico de monumentalidade, que é parte também da função urbana? Como fazer com que, num mundo que parece tudo desagregar, haja canais que não sejam do contato direto, o que é impossível hoje numa cidade como São Paulo? Sem essa intermediação toda não há contacto. Mas, como fazer com que essa intermediação toda não seja só manipulação, ou com que quem recebe a informação tenha capacidade de analisar e de efetivamente escolher, a partir dessas informações, o seu caminho?

Isso mostra, também, a interconexão que existe em nível mundial, porque, na verdade, as barreiras, hoje, de alfândega, de soberania, de limitação de poderes que são individualizados não são mais suficientes para impedir que as pessoas tenham livre acesso a tudo que acontece em outras partes, que se comuniquem – está aí a internet, com muitas formas de comunicação – e que saltem as limitações institucionais que existem até agora.

Claro que essa temática não se esgota nesses outros aspectos de como essa cidade mundial pode existir, tendo em vista a questão do seu desenho. A solução dos problemas tipo trânsito, violência, tudo isso que nós mencionamos aqui tem que ser pensado já nesse novo quadro, nesse novo contexto. Como disse o Governador Mário Covas, o Brasil, desse ponto de vista, é um laboratório extraordinário.

Um sociólogo americano, Richard Morse, fez um estudo muito bonito sobre São Paulo, e a gente vê que, se não se for capaz de particularizar também, se ficarmos só nessas definições mais amplas, não se aprende o conjunto dos problemas. Cada cidade tem uma peculiaridade. E nós, no Brasil, temos muitas cidades.

Então, precisamos ter muitos Richard Morse, muitos Jorge Wilheim, muita gente capaz de estudar muitas cidades que há no Brasil. Nós somos fabricantes de cidades. E não sei quantos países produzem tantas cidades quanto o Brasil.

Quantas cidades novas são produzidas em dez anos no Brasil? Centenas, milhares? Nós, hoje, temos mais ou menos cinco mil municípios, que vão crescendo. Não há muitos lugares do mundo com proliferação de cidades do tipo que há no Brasil.

Os Estados Unidos tiveram isso, e, não por acaso, a grande sociologia americana dos anos 30 nasceu na cidade. Chicago foi como um laboratório.

Nós aqui também. O problema nosso, fundamental, hoje, é a cidade. Como nós somos nostálgicos, olhamos sempre para o campo. Nosso campo está esvaziando e vai esvaziar mais; o aumento da produtividade agrícola é tão grande, é tão violento que hoje pouca gente é suficiente para alimentar populações imensas. Claro, como o Brasil é um país que tem lados arcaicos – estamos lá sem terra, a posse da terra, mas isso é arcaico –, algo tem de ser feito. Há o problema social, mas não econômico. A produção é abundantíssima. E a diminuição da população rural vai ser constante.

Então, a grande questão é esta: produção de cidades. E nós aqui temos uma outra peculiaridade: além de produzirmos muitas cidades, nós não somos orientados só por uma grande cidade. Eu disse que, aqui, pelo menos duas são candidatas imediatas a cidade mundial: Rio e São Paulo. Depende agora da teia de comunicações que se conseguir colocar nessas cidades.

Mas nós temos muitas outras cidades com crescimento enorme. Salvador e Campinas têm características diferentes, mas são cidades que estão em franca expansão. Se se comparar a teia urbana do Estado de São Paulo, ela é equivalente à da França, se não for melhor, com cidades de todos os tipos, todos os tamanhos. Nós não temos uma só cidade. A característica da América Latina é uma grande cidade. Nós somos, nesse sentido, americanos, porque o espaço brasileiro é o espaço das Américas, grande; e aqui não está centralizado, embora haja muitos centros que atraem, depois, a cidade mundial, a megalópole. Já há muitos centros, também, “centralizados” de muitas maneiras. É uma geometria variável de centralizações: vai, abre, fecha, cria o novo, muda.

Então, isto aqui é realmente um grande laboratório, como foram os Estados Unidos na época dos anos 30 e 40, quando descobriram a cidade e mudaram a compreensão de muitas coisas, inclusive da estrutura de classes; quando descobriram o que acontecia nas cidades.

Por isso nós estamos tão interessados em Istambul. Por isso, para o Brasil, a discussão das cidades, o fato urbano, o que fazer com a violência, o que fazer com os meninos de rua, o que fazer com a habitação é fundamental. Portanto, muitos problemas a se resolver. Muitos Governadores não vão dormir bem à noite. O Presidente dorme porque está um pouquinho mais longe, menos quando o Governador telefona para dizer que está acontecendo alguma coisa. Mas é verdade, nós vamos ter muitos problemas difíceis de serem tratados simultaneamente nesse espaço imenso do Brasil.

E termino – já falei além do que devia – dizendo o seguinte: tudo isso aí desafia e dá esperança. Não é o tipo de desafio em que não há o que fazer; ao contrário, o fato mesmo de se descobrir que esse mundo novo que está sendo criado, da grande cidade, da cidade mundial, é também um mundo de possibilidades nos enche de vontade de avançar nele. Não é um fato diante do qual você possa cruzar os braços e dizer: não há o que fazer. Há o que fazer. Basta ir a Curitiba para ver se se fez ou não se fez. Eu disse Curitiba porque é um exemplo mesmo. Nós temos muitos esforços de cidades que estão fazendo. E estão fazendo em tempo oportuno, porque já estão vendo as histórias das outras que não conseguiram fazer porque não tinham consciência para chegar a tempo de tomar as decisões.

Então, eu queria saudá-los, dizendo que, para nós, brasileiros, isso tem até uma dimensão internacional, e é fundamental, porque ela junta aquilo que há de mais desafiador e também que abre mais possibilidades de estarmos aqui fazendo essas reflexões. Não por acaso temos aqui Governadores, o de São Paulo, o Prefeito, o próprio Presidente, porque isso para nós é realmente essencial para mantermos o País em crescimento com liberdade, com democracia, com respeito ao público, com a possibilidade de que cada vez mais as decisões sejam, não comunitárias no sentido antigo, porque isso não dá mais, mas já o reflexo dessa nova forma de comunidade, que não é de contato direto, é uma comunidade que vem a partir da formação dessas grandes teias de comunicação.

Era para começar a nossa conversa aqui. Se eu pudesse, ficaria o dia inteiro para aprender com vocês.

Muito obrigado.